



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0759/05	DATA: 7/6/2005
INÍCIO: 15h06min	TÉRMINO: 17h10min	DURAÇÃO: 02h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h03min	PÁGINAS: 44	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HILTON PEREIRA DA SILVA - Professor Adjunto de Antropologia e Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor do Laboratório de Estudos de Bioantropologia e Saúde e Meio Ambiente;

NING LABBISH CHAO - Professor da Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há expressões ininteligíveis.

Grafias não confirmadas: Haickel Blair; Linck; Água Geo.

O Depoente Ning Labbish Chao praticamente não fala Português.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Cumprida a exigência de número regimental, declaro aberta a 27ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Tendo sido aprovados requerimentos de autoria dos Deputados Dr. Rosinha e Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir o Sr. Hilton Pereira da Silva, Professor Adjunto de Antropologia e Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor do Laboratório de Estudos de Bioantropologia e Saúde e Meio Ambiente, e o Sr. Ning Chao, Professor da Universidade Federal do Amazonas.

Convido o Sr. Hilton Pereira da Silva a tomar assento à mesa na qualidade de convidado. O Sr. Hilton Pereira da Silva já nos escreveu há tempo, oferecendo-se para vir prestar seu depoimento. Por essa razão, toda a tramitação e todo o procedimento será a de um convidado.

Inicialmente, com a palavra o Sr. Hilton Pereira da Silva, por até 20 minutos, caso deseje fazer uso da palavra antes de responder a perguntas dos Deputados.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Sr. Deputado Mendes Thame, Srs. Deputados, senhoras e senhores, em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui para contribuir para o esclarecimento de algumas questões relativas ao comércio de produtos biológicos de populações indígenas brasileiras no exterior. Eu gostaria de começar essa explanação esclarecendo alguns fatos que têm sido confundidos pela imprensa e por outras pessoas e que têm gerado uma série de problemas associados ao meu nome. Então, eu gostaria de começar fazendo uma explanação contando um pouco a história desse evento e esclarecendo alguns pontos que são fundamentais para que se possa entender exatamente o que aconteceu e qual é o equívoco associado ao envolvimento do meu nome com qualquer tipo de caso de biopirataria. Tem um outro microfone? Eu preciso falar dali. *(Pausa.)* A questão da venda de sangue das populações indígenas aparece pela primeira vez com esse artigo publicado em 1997, que fala da venda de material indígena brasileiro pela empresa norte-americana Coriell Cell, da Carolina do Norte. Eu queria chamar a atenção que esse evento da Associação Norte-Americana de Antropologia Física aconteceu em abril de 1996. Esse artigo foi publicado na revista *Parabólicas*, que é uma revista do Instituto Sócio-Ambiental, em



julho de 1996. Então, o material já estava à venda em julho de 1996. Eu estive entre populações karitiana em agosto de 1996. Portanto, além da impossibilidade moral — é contra meus princípios éticos e morais negociar com qualquer tipo de material biológico —, é uma impossibilidade física estabelecida claramente pelas datas em que o material foi publicado. Então, o material foi colocado à venda em abril de 1996 e o material foi publicado, esse artigo foi publicado em julho de 1996. O material à venda refere-se — e aqui está o panfleto, essa é uma cópia do panfleto da Coriell distribuído nesse encontro de abril de 1996 — ao material biológico de várias populações indígenas, inclusive populações da América do Sul, população karitiana e suruí, do Brasil, Waorami e Quechua. Bem, uma das coisas que aparentemente ninguém está conseguindo esclarecer — eu não entendo exatamente o porquê—, é qual a origem desse material, como é que ele foi parar nos Estados Unidos, quem o levou para lá. Talvez, pela minha tradição de pesquisador, eu simplesmente fui a uma biblioteca, e, além de fazer uma pesquisa pela Internet, consegui, com certa facilidade, levantar qual a origem desse material, e passo a mostrar aqui para vocês.

(Segue-se exibição de transparências.)

Essa transparência se refere a um artigo científico, como milhões de artigos científicos são publicados no mundo, publicado numa revista internacional por esses autores, e nesse artigo eles claramente mencionam as etnias karitiana e suruí, de Rondônia. Eu quero chamar a atenção que esse artigo foi publicado na revista *Human Biology*, que é uma revista muito conceituada do ponto de vista de revistas científicas internacionais, e ele foi publicado em 1991. Portanto, 5 anos antes de eu estar na aldeia karitiana. Nessa página do artigo, que é uma continuação, estão descritas as populações estudadas, e aqui, então, eles apresentam muito claramente quais foram as populações que foram estudadas e mencionam que as populações então foram coletadas pelo Francis Black. As amostras da Amazônia foram coletadas pelo Francis Black, em Rondônia, e foram coletadas amostras dos índios karitiana e dos índios suruí, que são falantes da língua tupi. Ali eles descrevem um pouco sobre a situação desse material e aqui, onde está marcado, eles dizem o seguinte: “Para cada população, 5 linhagens celulares de indivíduos não relacionados foram depositados no NIGMS Human Genetic Mutant Cell Repository, no laboratório Coriell, no Instituto Coriell de Pesquisa Médica”. Então, pessoal, está absolutamente claro qual é a origem, quem levou esse material para lá



e quando esse material foi levado para lá. Isso é informação pública, está disponível em qualquer boa livraria de qualquer universidade ou via Internet. Então, os laboratórios Coriell receberam desse grupo de pesquisa 5 linhagens celulares, que são aquelas 5 que estão sendo vendidas na Internet, e que foram tornadas publicamente disponíveis. Por publicamente disponíveis, eles basicamente querem dizer que qualquer pesquisador que tiver pode ter acesso a esse material, no caso da Coriell, comprando o material. Então, isso data, senhoras e senhores, só para reforçar, de 1991. Esse material foi intensamente utilizado para pesquisas, e esse é um artigo de um congresso, de um simpósio de identificação humana, de 1993, onde eles descrevem — estes autores, a Judith Kidd e o Kenneth Kidd, que são as pessoas que foram originalmente responsáveis pela pesquisa —, descrevem que, na década de 80, eles tiveram a oportunidade de obter amostras de 2 tribos das populações amazônicas vivendo em Rondônia. Uma dessas tribos era particularmente interessante porque era pequena, era uma tribo que tinha pouca mistura e era lingüísticamente isolada, e o nome dessa tribo era karitiana. E aí eles descrevem que, em 1991, eles publicaram o estudo e outros pesquisadores fizeram uma avaliação da árvore genealógica dos karitiana, inclusive com auxílio do Prof. Francis Black e da Fundação Nacional do Índio, da lista de famílias indígenas da Fundação Nacional do Índio, de 1985. Eu não sei qual é a história dessa pesquisa, não sei se a FUNAI autorizou. O que eu sei é que, pelo que está descrito nos inúmeros publicados — pelo menos 10 artigos publicados com esse material — é uma pesquisa de grande monta e que, obviamente, teve a participação de algumas dezenas de pesquisadores norte-americanos e pesquisadores brasileiros também. Esse é outro trabalhinho também. Esse é um pouco mais tardio. Esse é de 93 — foi recebido em 93 e publicado em 94 —, de vários pesquisadores, inclusive alguns pesquisadores brasileiros, e que também usa a mesma amostra. Está aqui: karitiana e suruí, entre outras populações brasileiras. Então, senhores, a primeira coisa que eu queria fazer era deixar claro que o material disponível na Internet foi coletado na década de 80, foi levado para os Estados Unidos e processado enquanto material de pesquisa, e que esse material foi trabalhado, quando eu ainda era estudante de Medicina. Não tinha nada a ver com esse negócio. Eu estava na universidade ainda, na verdade, começando o meu curso, e isso já estava ocorrendo entre pesquisadores importantes fora do Brasil. Portanto, é impossível, fisicamente, que



eu tenha qualquer coisa a ver com esse material que está sendo vendido na Internet. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar claro aos Deputados e a todos os presentes, porque isso tem me trazido enormes prejuízos do ponto de vista pessoal, do ponto de vista emocional, do ponto de vista profissional. Existem hoje mais de uma centena de *sites* na Internet, inclusive, infelizmente, alguns *sites* oficiais do Governo, alguns *sites* de Deputados que publicam essas reportagens, dizendo que eu sou responsável pela disseminação desse sangue fora do Brasil, quando eu acabei de mostrar para vocês que isso é fisicamente impossível, além de moralmente impossível para mim também, uma vez que eu sou médico e tenho todo um procedimento ético, como os demais Deputados também que estão aqui, que são médicos, e sabem que nós estamos pautados por todo um conjunto de regulamentações ligadas ao Conselho Federal de Medicina. Agora, eu queria esclarecer uma outra coisa. A outra coisa é a situação dos karitiana, em 1996. Em agosto de 1996, eu visitei os karitiana como parte de uma equipe da *Yorkshire Television*, que estava fazendo um documentário sobre uma figura legendária da Amazônia chamado Mapinguari. Os colegas da Amazônia talvez conheçam e já ouviram falar da história do Mapinguari. Bom, eu fui consultado para participar desse documentário, quando eu era estudante de Antropologia, estudante fazendo doutorado em Antropologia, com bolsa do CNPq, do Governo brasileiro, na Universidade de Ohio. E, como sou brasileiro, tenho trabalhado com populações rurais da Amazônia a minha vida inteira — sou do Estado do Pará, com muito orgulho —, então aceitei vir com eles e fazer parte do documentário. Eu não vim apenas como convidado, eu fui consultor técnico e científico do documentário, e eu também participo do documentário. O documentário foi ao ar pelo canal *Discovery*, em 1997. Ele está disponível, basta entrar no *site* do canal *Discovery* procurar a lista de documentários que eles têm e, certamente, quem tiver interesse pode adquirir esse documentário, que foi difundido várias vezes durante o ano de 1997 e 1998 pelo canal *Discovery*. Então, não é, como dizem algumas pessoas, isso não foi um *álibi*, isso foi realmente um processo que aconteceu. Nós estávamos lá entre os karitiana e fomos chamados para participar desse documentário, para fazer parte desse documentário. Ocorre que, chegando lá, eu, como médico, não podia ignorar a situação de doença dos karitiana. E eu trouxe aqui uma transparência para mostrar um pouco dessa situação. Infelizmente, a situação de doença de



populações indígenas no Brasil não é nova, é uma situação antiga e dramática. Porém, não é porque ela é uma situação antiga e dramática que nós simplesmente devemos ignorá-la. Eu sou profissional de saúde e, como tal, eu tenho responsabilidades com a população onde quer que eu vá, assim como os outros colegas médicos que estão aqui. Se, por acaso, alguns de vocês, qualquer pessoa infelizmente viesse a passar mal na nossa frente, nós temos a obrigação, segundo o Código Brasileiro de Ética Médica, de atender a essa pessoa, independente do que venha a se passar com ela depois do nosso atendimento. Não podemos simplesmente ficar impassíveis, sob o risco de sermos acusados, junto ao Conselho Federal, de omissão de socorro e também penalizados por isso. O que aconteceu? Chegando na aldeia karitiana, eu me deparei com essa situação de saúde. Naturalmente que eu não tinha os números, esses números foram levantados a partir do trabalho que eu fiz lá. Aqui, nessa coluna, tem o percentual de populações da aldeia karitiana que estavam afetados por essas doenças aqui: malária, diarreia, cárie, subnutrição, parasitose intestinal, infecção respiratória, anemia, tuberculose, gripe, dermatite, hipertensão arterial, desnutrição protéico-calórica, doença pulmonar obstrutiva crônica e hepatite. Essas foram as doenças que eu consegui levantar apenas com o exame físico. Quando você vai ao médico, você é examinado, o médico faz um exame físico, não é — o Dr. Rosinha, que está aqui, e outras pessoas que são médicos também sabem que se faz o exame físico e se consegue diagnosticar algumas doenças. Então, a partir do material de que eu dispunha lá: um estetoscópio e um tensiômetro, que andam sempre comigo, porque eu sou profissional de saúde, porque trabalho na Amazônia há mais de 10 anos — já trabalhava na Amazônia há muito tempo naquela época —, e sei perfeitamente bem o quanto é difícil você conseguir atendimento naquelas áreas. Portanto, eu tinha levado um *kit* de primeiros socorros para nós, da equipe — nós éramos de 6 a 8 pessoas —, e eu sabia que, se houvesse uma emergência, nós estaríamos numa situação em que precisaríamos de algum atendimento. E eu estava disposto a prestar esse atendimento porque é minha obrigação enquanto médico. Então, quero chamar atenção para a correlação ou para a diferença entre esses números aqui e esses números médios da população afetada, em 1996. Isso aqui é a população geral do Brasil, isso aqui é a população karitiana. Reparem que 73% da população karitiana estava afetada por malária; mais da metade afetada por diarreia;



subnutrição, praticamente um quarto da população; desnutrição protéico-calórica, duas crianças. Essas duas crianças aqui, senhores, eu tenho certeza de que eu salvei de morrer. Porque essas crianças aqui nós intervimos nelas e, através de soro caseiro e de medicação, nós conseguimos reverter o quadro de diarreia ainda no primeiro dia dos 3 dias que eu estava na aldeia e fiz atendimento. Então, se nada mais adiantou, pelo menos essas duas pessoas eu sei que salvei. Todo o resto faz parte das complicações e da ignorância, infelizmente, ou da falta de pesquisa das pessoas envolvidas com essa história. O fato é, senhores, que esse quadro aqui demonstra muito claramente uma situação de emergência médica para essa população. Qualquer pessoa, qualquer epidemiólogo que olhar isso aqui vai ver que essa população está muito mal de saúde e arriscada a morrer. E eu não podia, enquanto médico, deixar de atendê-los. Ainda mais que esse atendimento foi feito a partir do pedido do chefe Cisino Karitiana, que era o chefe da aldeia, e contou então com a aprovação do chefe do posto da FUNAI — eu fui perguntar para ele —, Sr. Figueiredo, que estava lá na ocasião e que me deu uma lista das pessoas, uma lista dos karitiana que estavam vivos, para que eu pudesse, então, tentar fazer o atendimento a partir dessa lista. Então, eu não fiz nada de ilegal. O que eu fiz foi atender a um chamado da população karitiana, através do seu líder e através da sua associação legalmente constituída e reconhecida pela FUNAI, e com o apoio do agente local da FUNAI, que reconheceu a minha estadia lá. Na época em que estava lá, não tinha médico. Os índios disseram que já havia vários meses que não tinha médico na aldeia. Antes de nós irmos para lá, fomos informados de que havia um enfermeiro e, por isso, a equipe da *Yorkshire Television* tinha levado alguns medicamentos para ele. Quando nós chegamos lá, esse enfermeiro não estava, e não iria voltar, segundo nós fomos informados, porque ele contratado por uma ONG, e, portanto, seria um absurdo deixar essa medicação estragar, e as pessoas potencialmente morrerem, uma vez que eu estava lá e poderia fazer esse atendimento. Então, a outra coisa que eu quero deixar absolutamente clara é que o atendimento foi feito por solicitação da associação Karitiana, através do seu chefe, com o consentimento do agente local da FUNAI, e foi feito apenas em caráter emergencial. Daí o fato de não ter sido possível notificar oficialmente a FUNAI em Brasília. Qualquer pessoa que lide com a FUNAI sabe que um procedimento como esse demora meses. Dentro de meses, senhores, eu tenho certeza de que várias



dessas pessoas aqui potencialmente já estariam mortas, e não era esse o objetivo. Eu fui lá como antropólogo. Eu entrei na aldeia como antropólogo, conforme diz a solicitação feita pela *Yorkshire Television* para a FUNAI. Acontece que eu, além de ser antropólogo pós-graduado, com doutorado em Antropologia, eu também sou médico de formação. E, como médico, eu não poderia me furtar a prestar atendimento a quem solicita atendimento. Eu fiz o atendimento médico baseado no Código de Ética Médica Brasileiro. O Código de Ética Médica diz que é necessário, que é vedado ao médico desrespeitar o direito do paciente de decidir livremente. Ou seja, os atendimentos que fiz foram feitos porque as pessoas vieram voluntariamente até o posto da aldeia para serem atendidas. Não fui atrás de ninguém para atender, a não ser em caso excepcionais, onde as pessoas não podiam se deslocar até mim, como havia uma senhora. E ela, então, pediu e eu fui fazer o atendimento na casa dela. Fora isso, todas as pessoas que foram atendidas por mim vieram até o posto de saúde e eu as atendi. Então, elas vieram de livre e espontânea vontade, e eu não podia deixar de usar os meios diagnósticos disponíveis para poder fazer o atendimento dessas pessoas. Então, não podia deixar de atendê-las, porque é vedado ao médico deixar de atender paciente que procure os seus cuidados profissionais em caso de urgência, quando não haja outro médico ou serviço médico em condições de fazê-lo, o que era a situação dos karitianas. Eles estavam completamente isolados. Eles não tinham veículo para chegar até a cidade, porque o carro deles estava quebrado. Eles não tinham atendimento médico, não tinham enfermeiro e nem médicos. O que eles tinham lá eram agentes comunitários de saúde, que, como os colegas médicos sabem, não estão autorizados a desenvolver atividades médicas. É vedado a eles fazer isso. Então, fiz atendimento médico emergencial para os karitianas. Como parte desse atendimento médico emergencial — o terceiro ponto que quero deixar claro —, como parte desse atendimento médico emergencial eu fiz, sim, a coleta de algumas amostras de sangue. Essa coleta de amostra de sangue foi feita com material limitado que tinha em campo e que tinha sido levado novamente para uma situação de emergência. Ela foi coletada apenas das pessoas que estavam mais doentes. Não foi coletado de crianças e das pessoas a quem não pude dar um diagnóstico mais específico e que achei que mereciam ser melhor diagnosticadas, casos mais complicados como, por exemplo, as pessoas que podiam ter combinação de



doenças, como hepatite e malária, o que não era incomum. Talvez, mesmo AIDS, que já aparece em população indígena, naquela época já haviam alguns relatos, e outras doenças consultivas. Então, doenças virais que podem confundir também com malária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Seu tempo está encerrado.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Dois minutos, por favor. Em função disso, eu considerei que era necessário coletar algumas amostras de sangue. Certamente, não foi um número grande. Foi em torno de 50 amostras, que é o que foi retornado pelo Departamento de Genética da Universidade Federal do Pará. Essas amostras foram coletadas da forma como se podia lá, e armazenadas da forma como se podia também, uma vez que não estávamos preparados para isso. Não foi esse o objetivo da missão. Essas amostras foram levadas para Belém e foram depositadas, finalmente, no Departamento de Genética da Universidade Federal do Pará, simplesmente porque eu conhecia as pessoas do Departamento de Genética e elas se dispuseram a receber e a guardar esse material. A idéia era que, apesar de o material não fazer parte de nenhum projeto, quando houvesse oportunidade, eles fariam alguma análise para identificar alguma doença gratuitamente. Com a explosão das reportagens sobre essa questão, o material não foi utilizado e foi deixado lá, quando foi resgatado pela Justiça de Rondônia, em 2004. Então, todo o material que foi coletado por mim foi retornado à Justiça de Rondônia e jamais saiu do Brasil. Esse é o outro ponto que gostaria de esclarecer. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos as suas informações.

Passamos a palavra ao Deputado Dr. Francisco Gonçalves. Em seguida, o Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, quero fazer as seguintes considerações ao Sr. Hilton Pereira da Silva: quantos dias você permaneceu na aldeia da tribo indígena karitiana? Você disse que foi lá para um documentário. Como você conseguiu fazer esse levantamento tão extenso, se você já tinha na sua bagagem a intenção de atendê-los, porque você sabia da carência dessa tribo indígena?



O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Agradeço a pergunta do Deputado, porque esse é um ponto importante a esclarecer. Nós estivemos ao todo, na aldeia, acredito, em torno de 5 a 6 dias, não me lembro direito. A filmagem foi feita nos primeiros dias e foi concluída. Quando a filmagem foi concluída, eu concordei com o chefe da aldeia de ficar após o término das filmagens. Então, nós ficamos mais 3 dias na aldeia, na verdade 2 dias e pouco. Ficamos depois que o pessoal da televisão da *Yorkshire* saiu. Eles foram embora e, inclusive, perguntamos para eles: “*Como vamos voltar para Porto Velho*”? Eles disseram: “*O nosso carro da associação está sendo consertado e daqui a alguns dias ele retorna e poderemos levar vocês*”. Então, ficamos à espera do carro depois das filmagens. Então, participamos das filmagens. Se os senhores tiverem interesse em ver, trouxe o documentário, está disponível comigo. Então, depois das filmagens ficamos e fizemos o atendimento gratuito e humanitário. Esse atendimento foi feito novamente por solicitação deles e ele foi extremamente limitado. Foi limitado porque o material que eu tinha disponível lá era o material que tinha levado como *kit* de emergência, *kit* de emergência que qualquer profissional de saúde que anda pela Amazônia sabe, reconhece e anda com ele, porque senão você pode morrer, se o seu barco escangalhar o motor quando você estiver no meio do Rio Amazonas, ou se você for picado por uma cobra, em Afuá, ou em algum outro lugar. Então, como conhecedor da saúde na Amazônia, eu tinha levado um *kit* para tratamento emergencial da equipe, do povo que estava comigo. O atendimento feito aos karitiana não estava planejado e nem foi pensado de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Em média, pela projeção do seu quadro, você atendeu em média umas 50 a 60 consultas diariamente.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Exatamente. Muito obrigado.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Que é mais ou menos uma média que temos num posto de saúde, extremamente corrido. Logo no meio de todas essas coisas, fica muito claro que eu não teria oportunidade de fazer essa coleta de sangue imensa, como está sendo colocado. As pessoas estavam num quadro de



saúde, de fato, deplorável, e eu não podia deixar de atender a todo mundo que me procurava.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tem a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Hilton, aquele levantamento que o senhor fez, foi feito pelo senhor ou foi outra fonte?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não, o levantamento que mostrei foi feito por mim, a partir das anotações que ia fazendo enquanto ia atendendo às pessoas. Como qualquer médico, desenvolvi um prontuário lá na hora. Eu sou acadêmico, sempre ando com papel, com coisas para estudar, e desenvolvi um prontuário com o nome da pessoa, com a idade e com a doença para me ajudar no diagnóstico. Por isso, então, depois de o fato ter sido consumado, consegui fazer aquela compilação que está inclusive no relatório que enviei ainda no começo de 97 para o CIMI, para a FUNAI e para a associação karitiana.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, peço só para colocar novamente a transparência, a fim de fazer uma observação. (*Pausa.*) Lá embaixo, total de pessoas karitianas em 1996, censo da FUNAI. Quantas são?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Cento e noventa e oito. Essa informação me foi passada pelo Sr. Assis Figueiredo, que era coordenador do posto da FUNAI na aldeia karitiana. Quando fui perguntar para ele se podíamos ficar, ele disse: "*Pode ficar, está aqui uma lista com as pessoas da aldeia*". Não sei até que ponto essa lista era atualizada, porque ela estava datada de 1993. Mas esse era o censo disponível.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o número de pessoas atendidas é de 162, incluídas as crianças?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Exatamente, o número está aqui: são 162 atendimentos, incluindo 88 crianças. Acho que isso demonstra muito claramente a carência e a situação de doença absoluta da população. Praticamente todo o mundo, assim como poder ser visto lá pelos 73% de malária, precisava de atendimento médico. E, portanto, me procurou e eu não podia deixar de atendê-los nessas circunstâncias.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Pode tirar, obrigado. Era só para checar os números. Cheguei um pouco atrasado no depoimento. O senhor foi contratado pela equipe de televisão?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Fui convidado pela equipe *Yorkshire*. Propus-me a fazer um documentário para o canal *Discovery*. Conforme já disse anteriormente, esse documentário foi produzido entre os karitianas, com o consentimento dos karitianas, com pagamento para eles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Pagamento de quanto?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Pagamento em dinheiro — eu não sei qual foi o valor acertado — e mais um outro tanto que foi solicitado em medicamentos, porque, segundo a associação karitiana, o posto de saúde deles não tinha medicamento e eles não tinham assistência médica da FUNAI já há muitos meses. Essa foi a informação que eu tive da produtora do documentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Qual era o papel do senhor na feitura desse filme?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - O meu papel no documentário era consultor científico e também como participante do documentário — eu e a minha companheira na época, a Denise. Nós fomos convidados pelo Canal *Discovery* para participar efetivamente do documentário. Aparecemos no documentário. Eu sou um dos pesquisadores que são entrevistados, que fazem parte do documentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Que tipo de pesquisa o senhor faz com eles?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - No documentário, a pesquisa basicamente é uma conversa com eles sobre a lenda deles em relação ao Mapinguari. Esse era o objetivo do documentário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas os karitianas, que pesquisa o senhor trabalha com eles?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu nunca trabalhei com os karitianas, eu nunca trabalhei com nenhuma população indígena. O meu trabalho na Amazônia e na Mata Atlântica é com populações rurais ribeirinhas, com grupos caboclos, com os quais trabalho com padrões de crescimento e desenvolvimento e doenças crônicas. Eu jamais trabalhei com material biológico do tipo sangue, saliva, material genético. O meu trabalho todo é um trabalho voltado para o entendimento da relação



entre saúde e meio ambiente em populações rurais, e eu nunca utilizei material biológico ou genético para isso. E também nunca estive em nenhuma outra tribo indígena no Brasil, a não ser na tribo dos karitianas, nessa ocasião.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor foi remunerado para ir até lá?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não. Na verdade, eles pagaram, como eles convidaram, eles pagaram a minha passagem para ir até lá e para ir até a aldeia. Como eu era estudante naquela época e estava interessado em vir ao Brasil, porque eu viria fazer trabalho de campo para a minha tese de doutorado, posteriormente, na Amazônia, com as populações paraenses, populações ribeirinhas paraenses, eu aceitei porque era uma forma de eu conseguir a minha passagem para chegar até o Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então veio a troco da passagem.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Hein?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Só a troco de passagem?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Sim. Eles pagaram as passagens e as despesas em campo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A FUNAI autorizou a feitura desse filme?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - A FUNAI autorizou a feitura desse filme e já está na documentação inclusa nesta CPI e na CPI anterior, de 97, e nas declarações, inclusive, dadas aqui há algum tempo, eu acredito, pelo representante da FUNAI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Após esses atendimentos médicos, o senhor fez alguma notificação para a FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu mandei um relatório das minhas atividades para a FUNAI, de Brasília e de Rondônia, e mandei também para o CIMI de Rondônia. Eu aproveito aqui a oportunidade e gostaria de passar às mãos da Presidência da Mesa toda essa documentação que eu acabei de apresentar também. Solicito que seja dado o visto de recebimento. Eu já tinha mandado, antes da minha convocação, aliás, antes da minha solicitação, eu já tinha mandado documentação para a CPI, assim que eu fiquei sabendo desta CPI, mandei toda essa documentação, estou reiterando a documentação onde fica claro todo esse procedimento que eu acabei de falar.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Qual era o objetivo da coleta desses exames de sangue?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - O senhor é médico, não é? Quando alguém vem ao seu consultório, como em qualquer consultório, como parte dos procedimentos regulamentares, eventualmente é necessário solicitar exames complementares. Nesse caso lá, como a nossa situação era extremamente precária, eu não tinha como fazer determinados tipos de diagnósticos, então, eu fiz o que eu pude, do ponto de vista clínico, da anamnese, e achei, naquela época, por bem, que valeria a pena tentar ampliar alguns diagnósticos a partir da coleta de algumas amostras de sangue, uma vez que, como eu falei, eu tinha algum material lá que poderia ser usado emergencialmente. Então, o material coletado foi única e exclusivamente para tentar ampliar alguns tipos de diagnósticos que eu não consegui fazer do ponto de vista clínico. Isso não foi possível de fazer, porque o sangue estragou no caminho, porque exatamente nós não tínhamos equipamento adequado para armazená-lo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Suspeita de quais doenças, por exemplo?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Por exemplo, tipos específicos de malária, combinação entre malária e hepatites, por exemplo, a hepatite C, hepatite B, alguns tipos de viroses, combinação de malária com doenças viróticas, ampliar o diagnóstico de tuberculose de algumas pessoas, diagnósticos possíveis de doenças sexualmente transmissíveis, como AIDS, por exemplo, que já existia naquela época entre populações indígenas. Então, essas foram algumas das coisas que me passaram pela cabeça, e eu tinha certeza... A anemia, que era também grassante nas populações. Eu achava que, com o uso desse material, eu poderia melhorar esse diagnóstico. Eu quero ressaltar que, independente disso, o diagnóstico clínico que eu fiz eu mandei para a FUNAI como relatório, e mandei também para os Karitiana e para o CIMI.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantas amostras foram colhidas?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Esse é um problema. Como nós estávamos em campo, eu não tive condições de fazer uma anotação detalhada sobre as amostras, mas eu acredito que as amostras que foram colhidas foram as 54 amostras que foram retornadas do Departamento de Genética para a



Procuradoria de Rondônia. Eu não tenho por que achar que alguma amostra se perdeu no meio do caminho e não tinha também condições de coletar muito mais amostras do que isso, até porque eu só trabalhei com as pessoas adultas, só fiz coletas de pessoas adultas, que eram as mais fáceis de coletar e com quem eu tinha experiência lá, naquela ocasião. No meu entendimento, as 54 amostras retornadas ao Ministério Público compreendem o total das amostras coletadas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Essas amostras coletadas o senhor entregou para quem?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Essas amostras coletadas, eu entreguei no Departamento de Genética da Universidade Federal do Pará. Naquela época, o chefe do departamento era o Prof. Sidney Santos, que eu já conhecia, uma vez que eu havia estudado — eu sou médico formado pela Universidade Federal do Pará. Então, após eu saber que o material havia estragado, havia se deteriorado e, portanto, não se poderia fazer análise bioquímica, que era minha intenção inicial — isso foi-me dito pelos colegas do Instituto Evandro Chagas, de Belém, que é uma instituição reconhecida —, eles me recomendaram que eu poderia levar e tentar fazer alguma análise genética. Então, eu deixei o material lá, sob a guarda da Universidade Federal do Pará.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E 54 foram aquelas que foram, então, requisitadas pela Justiça.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não. Eu acredito, não sei os detalhes, mas acredito que a Justiça requisitou todas as amostras. E as amostras que foram então retornadas foram todas as amostras que foram requisitadas de material karitiana, que porventura estavam lá no laboratório de genética da Universidade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Dr. Hilton, o Dr. Reginaldo Pereira de Trindade, Procurador da República no Estado e Rondônia, declarou que a Universidade Federal do Pará devolveu apenas 54 frascos do material e, conforme, consta dos termos da ação, foram coletados mais de 100 frascos do material.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Pois é. Eu não sei de onde esse número saiu. Eu não faço a menor idéia de quem deu essa informação para eles, porque eu não fui, eu jamais fui consultado pelo Ministério Público, as informações que existem disponíveis, que falam desse número, jamais citam a fonte. Eu, certamente, não tenho a menor idéia de onde saiu esse número. Certamente, não foi



o número que eu coletei porque eu não tinha essa quantidade de material para coletar essas amostras todas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor já foi chamado lá no Ministério Público do Pará para se manifestar?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - No Ministério Público do Pará, não. Há uma ação correndo no Ministério Público de Rondônia. Essa ação já foi contestada pelo meu advogado e ela está agora em andamento. Eu ainda não fui ouvido pelo Ministério, assim como em relação a esta Comissão, eu já me adiantei e prestei todos os esclarecimentos que me foram solicitados, e as mesmas informações que eu apresentei aqui já estão nas mãos da Procuradoria de Rondônia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está tendo um pedido de pagamento de 500 mil na ação?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Bom, eu não sou advogado. Outros membros desta Comissão são advogados e talvez possam falar em relação a isso. O que eu fiz aqui foi relatar a situação tal como ocorreu. A minha defesa recorre dizendo que eu não tenho absolutamente nada a ver com isso, porque eu não causei nenhum dano aos karitianas. O meu objetivo com eles foi prestar atendimento médico emergencial. Inclusive, já mandei uma solicitação também de que isso seja incluído no seu *site*, uma vez que há uma informação incorreta no seu *site* — acho que foi tirada de alguma reportagem em algum lugar. E o meu objetivo com o atendimento aos karitianas foi simplesmente prestar atendimento médico emergencial. Eu não fiz nada que eles não tivessem interessados, nem que tivessem pedido, e não fiz nada que os atingisse. O material que estava comigo foi entregue ao Departamento de Genética e foi retornado ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece o *site* no qual é oferecido o sangue dos karitianas?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu tenho aqui uma transparência do material.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor fez doutorado aonde?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Essa é a empresa que está vendendo material lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso. A Coriell Cell.



O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - O meu doutorado foi na Universidade de Ohio, em Antropologia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Desse pessoal colocado no *site* dos responsáveis, conhece algum deles?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não. Eu nunca tive nenhum contato com ninguém do Laboratório Coriell, nem com ninguém de nenhum laboratório que trabalhe com genética, a não ser o pessoal do Laboratório de Genética da Universidade Federal do Pará. Eu nunca trabalhei com genética. O meu trabalho sempre foi na área de antropologia biológica, com crescimento e desenvolvimento. Eu nunca nem fiz coleta de sangue entre as populações com as quais eu trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Também foi dito pelo Dr. Reginaldo que pesquisadores da Universidade de Ohio estiveram na terra indígena suruí e coletaram sangue. Tem conhecimento de quem esses pesquisadores?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu não faço a menor idéia do que se trata.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Foi informado pelo Dr. Reginaldo que pesquisadores...

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Pois é, acontece que, infelizmente, o Dr. Reginaldo e a Procuradoria, por alguma razão, têm tido uma enorme dificuldade em levantar coisas básicas, que eu consegui fazer com uma pesquisa, uma tarde na biblioteca, como, por exemplo, identificar quem foi que levou o sangue para Coriell na década de 80. Está tudo documentado aqui, apresentado na documentação que eu entreguei aqui à Mesa. Então, eu realmente não tenho conhecimento do que se passa nos trâmites da Justiça de Rondônia. Eu sei que eu não coletei material de nenhuma outra tribo e jamais estive entre os suruí ou qualquer outra tribo indígena do Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A Sra. Denise Hallack é médica também?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não. A Denise Hallack era minha companheira, na época. Foi participar do documentário comigo, porque o pessoal da televisão achou que seria interessante ter um casal no documentário. Ela era estudante de Arquitetura e durante o tempo em que ela ficou como voluntária lá, a



meu pedido, ela simplesmente ajudou a organizar as filas, a brincar com as crianças enquanto as pessoas eram atendidas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Brasileira?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Ela é brasileira.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É por causa do sobrenome. Por isso que eu estou perguntando se é brasileira.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Ela é brasileira. É paulista.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ah! Tá.

Sr. Presidente, eram esses os questionamentos que eu tinha para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Passamos a palavra ao Deputado Sarney, que tem ainda uma série de perguntas, algumas das quais já foram feitas.

Estou devolvendo aqui, já com a comprovação de recebimento, e solicitaria também, se possível, nos deixar uma cópia das transparências.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Já está feito. A Secretaria já pegou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah! Está bem. Muito bem. Obrigado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Queria agradecer o depoente e pedir desculpas por não estar aqui. Estava na Comissão do Nepotismo, da qual sou membro titular e estava havendo o fim da votação para que pudéssemos iniciar o processo de discussão daquela questão importante para a sociedade neste momento.

Mas fui auxiliado aqui pelo nosso Presidente, atento, como sempre, e restariam algumas perguntas daquelas que não foram ainda respondidas ao longo da exposição.

A primeira delas é: a FUNAI tinha conhecimento de que haveria coleta de sangue?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Como dito anteriormente, o atendimento médico feito aos karitianas foi um atendimento emergencial, porque havia pessoas que estavam em risco de morte e, por conseqüência, não houve permissão da FUNAI de Brasília para fazer esse atendimento. No entanto, o chefe do posto da FUNAI na aldeia karitiana consentiu o atendimento por entender a sua importância. Não só consentiu como me deu uma lista, assinada por ele, de todos os



karitianas que estavam vivos, segundo ele, na ocasião. Então, por se tratar de um atendimento emergencial — inclusive a coleta de sangue foi emergencial também, para tentar esclarecer alguns diagnósticos novamente —, não houve tempo de contato de Brasília, porque senão as pessoas provavelmente morreriam. E nem eu estava lá para fazer isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Houve coleta também na tribo suruí?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Também, conforme dito anteriormente, jamais estive entre os suruís. Eu apenas prestei esse atendimento médico emergencial para os karitianas e nunca estive em nenhuma aldeia indígena brasileira além da aldeia karitiana.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - É. Eu acho que, dentro daquilo que foi dito — e o Presidente aqui me diz —, as outras questões já foram devidamente respondidas.

Muito obrigado. Presidente, estou satisfeito.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - *(Intervenção fora do microfone.)* Eu poderia fazer um último agradecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pois não, com a palavra V.Sa. para os últimos esclarecimentos.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu gostaria de agradecer o convite desta Comissão para estar aqui e ajudar no esclarecimento desta questão e dizer, como já reiterei várias vezes, que sou radicalmente contra a pirataria ou a biopirataria. Acho que devemos defender os nossos interesses acima de tudo e proteger as populações vulneráveis brasileiras. O meu trabalho médico entre os karitianas foi apenas com o objetivo de ajudá-los a sobreviver e proteger essa população. Espero que esta Comissão vá até o fim em esclarecer essas questões todas, a partir dos elementos que acabei de colocar, e que demonstre muito claramente que eu não tenho nenhuma relação com qualquer laboratório que venda material biológico ou com qualquer ato de biopirataria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado. Agradecendo...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pois não, Deputado Rosinha. Eu só queria, antes de passar a palavra, pedir a V.Exa. que deixe aqui ou faça chegar às mãos da Comissão as transparências.



O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Todo o material apresentado por mim já foi disponibilizado para esta Comissão. Inclusive, anteriormente eu já havia enviado, antes do meu convite, eu já havia enviado todo o material para esclarecer essa questão a esta Comissão, como também já enviei à Procuradoria-Geral de Rondônia, enviei ao CIMI e enviei à FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Dr. Hilton, quando o senhor mostrou aquela transparência, ali tinha — deixe-me ver, até anotei — 198 índios, era o que se tinha pelo Censo. Lá, presente, constatava-se um número maior ou era mais ou menos esse mesmo o número de índios?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu não sei. Eu não contei as pessoas. Eu apenas atendi as pessoas que vieram me procurar. Então, eu só tenho o número de atendimentos que eu fiz, que foram 162 atendimentos. Eu imagino, eu espero, que nem todo mundo da aldeia tenha vindo procurar atendimento médico, mas eu acredito que foi uma grande parte da aldeia, porque a situação de saúde era realmente precária. Tão precária que depois eles me chamaram a ir à Casa do Índio, em Rondônia, e atender mais alguns parentes, mais umas 2 ou 3 pessoas, que estavam, segundo eles, lá há vários dias sem receber atendimento médico.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor disse que não coletou sangue de crianças. Foi coletado sangue só de homens? Só de mulheres?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não. A coleta de sangue foi feita baseada em necessidade médica. Eu coletei o sangue das pessoas que estavam doentes, que não pude dar um diagnóstico imediato e que entendi que uma amostra do sangue, uma análise bioquímica poderia me auxiliar no diagnóstico, como é feito corriqueiramente em consultórios médicos. Então, eu fiz a coleta de sangue das pessoas que eu pensei que poderiam se beneficiar com uma análise mais aprofundada da sua situação de saúde. Eu coletei apenas de pessoas que tinham provavelmente mais de 10 anos e foram homens e mulheres, as pessoas que tinham condições de conceder que esse material fosse coletado e que estavam definitivamente em situação de saúde muito precária e que precisariam de atendimento.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor declarou que levou um *kit* de urgência, como qualquer médico que conhece o Amazônia levaria. Mas levou 54 frascos para coletar sangue em um *kit* de emergência? Não é estranho?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não. Não é estranho. Não é estranho se o senhor conhecer a realidade...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Para ficar, o senhor disse, 5 ou 6 dias? Cinquenta e quatro frascos?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não é estranho se o senhor conhecer, em primeiro lugar, a realidade da Amazônia, e, em segundo lugar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, mas o senhor não foi para trabalhar como médico.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Mas eu fui para trabalhar em um lugar distante e isolado, sem possibilidade de atendimento médico, eu imaginava. E cheguei lá e confirmei isso. A questão dos frascos que eu tinha é porque eu iria fazer o meu trabalho de campo com populações rurais da Amazônia e iria passar um ano em campo, trabalhando com essas populações. E tinha trazido, então, material para a minha pesquisa pessoal, para a pesquisa que eu iria fazer com as populações caboclas. Como eles são tubos frágeis, que podem se quebrar, para evitar de eu tirar uma amostra e eles se quebrarem no meio do caminho, no meio da minha bagagem, eu simplesmente peguei o pacote inteiro de tubos e enfiar dentro da mala. Eu digo: "Bom, se não precisar, eu não abro o pacote. Se precisar, eu posso tirar algum tubo e utilizar. É melhor não abrir o pacote e garantir que os tubos não vão se quebrar todos dentro da minha mala, no meio do caminho, do que levar alguns tubos simplesmente, 3 ou 4, para utilizar em uma emergência, e eles eventualmente se quebrarem". Então, foi por essa razão que eu levei os tubos. Acabou que, depois desse trabalho com os karitianas, eu nem utilizei mais esse material para fazer nenhuma coleta, porque eu decidi que — já tinha decidido anteriormente — não iria trabalhar com material biológico — genético ou sanguíneo — de nenhuma forma, como nunca fiz.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Quantos tubos tem em um pacote desse, já que estava lacrado, fechado?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu realmente não sei, porque eu não trabalho com material biológico em geral. Eu comprei, pedi lá ao departamento e



eles me deram esse material. Eu acredito que seja entre 60 e 100 tubos. Eu não tenho certeza. Provavelmente, algum farmacêutico ou bioquímico pode ajudar melhor nessa situação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A coleta de sangue foi comunicada à FUNAI também? Porque o senhor disse que comunicou a visita, fez o relatório dos atendimentos. E essa coleta de sangue foi comunicada à FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - No relatório que mandei à FUNAI está escrito que eu fiz atendimento médico. De acordo com entendimento do Conselho Federal de Medicina, atendimento médico inclui todos os procedimentos propedêuticos, terapêuticos e diagnósticos. Então, não me pareceu que eu tivesse... Quer dizer, eu não escondi absolutamente nada. Eu disse que fiz atendimento médico. Como atendimento médico entende-se consulta, prescrição e exames diagnósticos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É, pressupõe-se isso, quando tem um laboratório por perto. E lá não tem um laboratório por perto para tantos frascos na bagagem.

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Bom, eu coletei o material que eu achei necessário para ajudar nos diagnósticos e, como falei, apenas por coincidência, tinha esse material comigo. O que aconteceu em relação a essa divulgação dessas notícias todas na Internet e nos jornais, na *Folha de S.Paulo* e em vários jornais, inclusive uma que está lá no seu *site*, é porque, eu acredito, que, em julho de 1996, quando saiu aquela matéria do Ricardo Santos e do pessoal lá da FIOCRUZ, os repórteres, então, ficaram sabendo disso e foram procurar os karitianas para saber o que tinha acontecido. E eles simplesmente não se lembravam da coleta feita anteriormente, na década de 80, e se lembravam de que eu estive lá e que prestei atendimento médico a eles. E, portanto, eles, inocentemente, fizeram essa conexão, e o repórter aproveitou essa conexão e não foi mais fazer a pesquisa que deveria ter sido feita e identificar o que aconteceu e quem levou o material de fato, na década de 80, para o Laboratório Coriel. Então, eu me considero tão vítima desse procedimento quanto os karitianas. Se eles se sentem lesados porque o seu sangue foi levado para fora do Brasil, eu me sinto lesado toda vez que vejo o meu nome associado a um caso de biopirataria sem que eu tenha nada a ver com isso.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O sangue que o senhor colheu, tem absoluta certeza de que não falta frasco? Que não faltou frasco na seqüência? Que um frasco desse não tenha ido parar em um...?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu confio nos colegas do Departamento de Genética da Universidade Federal do Pará e não acredito que nenhum deles tenha usado de qualquer tipo de má-fé ou de qualquer tipo de dolo para causar qualquer dano a qualquer população das centenas com as quais eles já trabalharam e continuam a trabalhar no Brasil. Eles são um dos grupos de pesquisa mais respeitados no mundo na área de genética de populações, e não acredito que eles teriam qualquer interesse em desviar esse material. Acho que é importante que seja dito que 99,9% dos pesquisadores brasileiros são pesquisadores sérios, honestos, como eu, como os pesquisadores do Departamento de Genética, como outras pessoas que já vieram aqui a esta Comissão, que não têm absolutamente nenhum interesse e jamais ganharam um centavo com qualquer uma das pesquisas que fizeram.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Com as populações ribeirinhas ou caboclas que o senhor trabalha, trabalha com a questão genética? Pesquisa genética?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não, nunca trabalhei com pesquisa genética.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, desse pessoal não coleta sangue?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não. Nunca coletei sangue de população cabocla.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Em que ano que o senhor se formou médico?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Em 1991.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, era estudante, na época, de Antropologia?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Eu era estudante... Nessa época, eu estava terminando o doutorado em Antropologia. Eu estava fazendo doutorado em Antropologia.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Após a denúncia na FUNAI — não vou falar em denúncia —, após levar à FUNAI essa questão da saúde, tão precária como demonstrou, tomou conhecimento de quais foram as ações da FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Não, eu nunca fui contactado pela FUNAI, nem pelo CIMI, nem pela associação dos karitianas, que me solicitou o atendimento. Eu fiquei sabendo dessas coisas através da imprensa e tenho, desde antes disso, já, encaminhado toda essa documentação, mas jamais fui contatado por qualquer um desses setores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Na época, a FUNAI tinha equipe de trabalhos locais, ou pelo menos existia um programa. Nessa região não tinha nenhuma equipe de saúde da FUNAI?

O SR. HILTON PEREIRA DA SILVA - Os karitianas, segundo a informação deles, textual, já havia vários meses que não recebiam médico na aldeia. Antes de nós irmos para a aldeia, nós tivemos notícia de que tinha um enfermeiro na aldeia que havia sido contratado por uma organização não governamental. Quando chegamos à aldeia, esse enfermeiro estava saindo e nos informou que não voltaria mais, porque o contrato dele havia terminado. De fato, durante o tempo em que nós estivemos lá, ele não voltou. Durante todo o tempo que nós permanecemos na aldeia, nunca teve nenhum profissional da saúde. Como falei, tinham alguns agentes indígenas de saúde, inclusive que fazem a coleta de material para fazer lâmina de malária, essas coisas todas, mas, de acordo com, novamente, o Governo Federal, a FUNASA, eles não podem fazer atendimento médico. Então, eles não estão autorizados a fazer procedimentos médicos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está bom. Obrigado, Dr. Hilton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

Eu gostaria de comunicar a esta Casa, a esta Comissão, que recebemos ofício do Dr. Richard Goughnour, Diretor da USAID/Brasil, no qual ele....

Eu vou ler o ofício:

“Exmo. Sr. Presidente, dirijo-me a V.Sa. em referência ao Ofício nº 24.605, datado de 1º de junho de 2005, pelo qual o funcionário dessa missão diplomático, Sr. Eric Stoner, foi convocado a prestar depoimento



perante esta Comissão em audiência marcada para o próximo dia 07 do corrente...”

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, V.Exa. se esqueceu do nosso convidado. Eu disse para ele que podia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não, eu já o tinha liberado anteriormente. Ele é que quis ficar mais um pouco para esclarecer. Ele já tinha sido liberado. Eu já tinha agradecido inclusive a participação dele.

“Lamentamos informar que não poderemos honrar a convocação mencionada em epígrafe por motivos já informados ao Ministério das Relações Exteriores em nota verbal transmitida a este no dia 02 do corrente. (Cópia em anexo)”.

Eu confesso que é a primeira vez que vejo uma declaração verbal com cópia em anexo. (Risos.) Olha aqui: *“nota verbal com cópia em anexo”*. É coisa realmente de americano. É tecnologia; é alta tecnologia.

“A título de esclarecimento, o Sr. Eric Stoner encontra-se impedido de prestar o dito depoimento por força do previsto na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas e seus dispositivos aplicáveis.

Não obstante, muito nos honraria oportunamente poder prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários sobre o objeto dessa Comissão, nas circunstâncias adequadas. Para tal, nos colocamos à inteira disposição para receber V.Sa. nesta missão em data de mútua conveniência para auxiliá-los nas suas diligências”.

Segundo me foi informado aqui pela nossa Assessoria, o Presidente já entrou em contato e vai marcar uma ida nossa lá para pegar o depoimento do Sr. Eric Stoner.

Bem, pedimos a presença agora do Professor da Universidade Federal do Amazonas Ning Labbish Chao. (Pausa.)

Peço que, em conformidade com o art. 210, do Código de Processo Penal, o Sr. Ning Labbish Chao preste o juramento.



O SR. NING LABBISH CHAO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:

“Art. 342 Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha.

Pena - Reclusão de 1 a 3 anos e multa”.

Com a palavra o Sr. Ning Labbish Chao, que terá até 20 minutos, caso queira usar os 20 minutos.

Com a palavra S.a. para fazer suas exposições iniciais.

O SR. NING LABBISH CHAO - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Deputados, senhoras e senhores, só hoje de manhã ao chegar aqui fiquei sabendo do *(ininteligível)*. Penso assim, mas não fui informado e preparei uma palestra rapidinha para dar uma introdução da maravilha do mundo de peixes ornamentais. *(Pausa.) (Segue-se exibição de imagens.)* Projeto Piaba é um projeto para estudar peixes ornamentais. Acredita que peixes ornamentais no Amazonas é sustentável ecologicamente e economicamente. Esse é o nosso projeto Peixes Ornamentais na Bacia Amazônica. Dá uma introdução. É *(ininteligível)* algumas coisas existem irregularidades, mas como eu sou um pesquisador, um professor, eu põe o que eu descobriu para vocês que perspectivas para essa indústria. Nosso lema é *“Compra um peixe e salva uma árvore”*. É muito esquisito. Por que uma pessoa compra peixes ornamentais para salvar árvores? É simbólico. Peixes ornamentais só crescem 1 ano, 1 ano e pouco, depois morrem. Árvores vão precisar de 20 anos, 30 anos. Acabou com a captura, esse peixe tem uma vida razoável, então, não faz desmatamento ou outras atividades danificadoras de ambiente. O mais importante é o problema socioeconômico dentro dessa situação. Se não houver sustentabilidade, não houver um extrativismo do peixe ornamental, muitas pessoas vão mudar para Manaus. Manaus já tem mais de 80% da população do Amazonas, toda essa concentração causa um grande problema. Nossa idéia é que realmente as pessoas fiquem em área rural. Também todo o mundo sabe que tem tartaruga, tem onça, tem problema com o peixe-boi. É muito interessante. Tem um lugar que essa moça faz amigo um boto. Todo o mundo pode ver isso. Visita. Isso, sim, se não mantermos as



peessoas no meio rural, pode acontecer esse tipo de situação em Manaus. Por que peixes ornamentais? A pesca de peixes ornamentais é um dos poucos recursos aquáticos renováveis da Amazônia, com potencial de manejo sustentável, associado a impactos socioeconômicos e culturais advindos do extrativismo no âmbito da globalização. Primeiro, por que peixes ornamentais? Mostro alguns peixes endêmicos do Amazonas. Essa é a arraia de água doce; esses grandes, peixes de nossa terra; esses abaixo são tirados de aquários internacionais. Todo o mundo quer esse peixe no aquário, como todo o mundo quer o panda da China, todo o mundo quer pirarucu no aquário na China, na Espanha, nos Estados Unidos. Todo o mundo quer esse. Outro peixe é o bagre, endêmico do Norte. Esses bagres, além de comestíveis, têm esse grande formato exótico e viraram peixes ornamentais. Bastantes pessoas procuram esse. Esse é o mais comum peixe nosso: characiformes, piabas, esse grupo. Têm todos os formatos, o que nos indica diversidade, desde piranha até peixe-cachorro até pequenos peixes de rio de menos de 20 milímetros. Outro grupo: peixe sarapó, elétrico. Esse sarapó emite pequenas quantidades de eletricidade. Esse peixe só tem na América Sul. Esse também é um recurso para peixes ornamentais. Aqui mostro diversidade. Outros peixes, como o acará, são bonitos, também como esportivo, e servem de alimento. Esse aqui, o acará disco, é cultivado no exterior. Será esse também um tipo de biopirataria? Ou, por causa da tecnologia, a gente não desenvolve, a gente não investe? Então, tem de olhar os 2 lados. Desde a década de 50, a pesca de peixes ornamentais se tornou uma indústria alternativa para produtos extrativistas como piaçava e castanha na Bacia do Médio Rio Negro. Hoje, estima-se que mais de mil famílias estejam ativamente envolvidas na captura e transporte de peixes ornamentais, possivelmente 80% da população de ribeirinhos têm alguma relação econômica com esse comércio. Aqui é um gráfico que mostra que milhões de peixes ornamentais foram capturados desde 74. No início são em formatos (*ininteligível*), naquela época, depois, IBAMA. Aqui tem um salto, 98. Nós, pesquisadores, e meu ajudante, que começa a coletar peixes. A polêmica aconteceu em 2004, quando uns jornalistas foram lá me perguntar quantos peixes saíam daqui. Eu disse: “40 milhões”. Logo em seguida, na mesma semana, o IBAMA de Manaus, juntamente com um exportador associado, declarou que eram 16 milhões apenas. Então, o jornalista perguntou: “O que aconteceu a 30 milhões?”. Ali, imediatamente, tive um problema: exportador não



me deixa mais fazer levantamento. Nos últimos 2 anos, ali, recentemente, tem menos peixe coletado, porque nos foi proibida a visita a entreposto de exportadores. É um problema. Peixes ornamentais têm outro problema: 80% de 50 ou 60 milhões de indivíduos vivos são esse peixe cardinal, o tetra cardinal, 80%. A nossa é essa variedade, essas são da Colômbia, e tem outra variedade, essas são algumas variedades. Esses são peixes endêmicos Rio Negro, parte Colômbia, parte Venezuela. Outros peixes ornamentais, vocês podem ver, são pequenos. Todos esses peixes só vivem 1 ano, 1 ano e pouco na selva. No cativeiro, podem viver 2 ou 3 anos. Esses são muito atraentes para a pessoa aquarista e também para o biopirata. Também o nosso estudo indica, muito interessante, diferente cor de água: água marrom, água preta, água vermelha. Peixe também. Reflete isso. Pasmem, essas aqui são da mesma espécie. Você coloca na água clara e perde toda essa cor. Então, essa diversidade também (*ininteligível*) não conhece bem. A área de estudo do nosso trabalho, a abrangência do Projeto Piaba. O Projeto Piaba tem o objetivo de manter essa pescaria, melhorar a qualidade de produtos. Nessa área, trabalhamos no Amazonas. Saímos de Manaus, trabalhamos em Barcelos, como base. Essa área é a principal área de pesca. O ambiente é muito bonito, com água cheia, seca, lago, igarapé. Essa é a vida que o pessoal vive lá. Eu sou privilegiado: tenho condição de visitar esse lugar todo o tempo. São pessoas caboclas que trabalham com a gente. Só para vocês verem as pessoas. Essa é a comunidade. Raramente, uma família. Raramente se encontra pessoas. Essa é uma comunidade. Todo o mundo trabalha junto para cuidar de peixes. Barcelos há algum tempo. Agora mudou bastante. Eu gosto dessa antiga coisa. Isso são os barcos voltando para a pesca, essa, de recreio, de transporte, de Barcelos a Manaus, 400 quilômetros a cada semana. Área de pesca, igapó, lago, igarapé. Métodos de coleta bem simples. Não causa problema no ambiente. Uma pequena rede assim seleciona peixes. Peixe que não dá para vender, ele joga de volta. Bem amigável ambientalmente. Essa é uma seqüência. Vou abreviar. O pescador pega o peixe, separa o que precisa, leva para Barcelos, leva para (*ininteligível*). Ele vende para o intermediário de transporte, chega ao exportador, empacota, exporta, vem a inspeção no aeroporto e, no final, tchau, tchau, Brasil. Em todo esse processo cada um influencia o outro. Nós damos alguma idéia de números: mundialmente, 350, 400 milhões de peixes ornamentais são comercializados. Setenta por cento são criados em cativeiro. Valor de



importação por todos esses países juntos: mais de 321 milhões. A maioria ainda é de água doce: 287 milhões são peixes de água doce. Sessenta e três por cento são exportados por países em desenvolvimento. A maioria dos exportadores é país em desenvolvimento. A indústria de peixes ornamentais movimenta mais ou menos 15 bilhões por ano. Então, olhar para o Amazonas (*ininteligível*) exportar 40 milhões de peixes mais do que esse, 10 mil trabalhadores diretamente e indiretos, gerar 13 milhões em exportação. Esse número é muito baixo em termos de peixe. Terceiro maior produto de extrativismo no Estado. Obviamente, o maior é a madeira. Município de Barcelos. Área: 150 mil quilômetros quadrados; população: 74 mil. Cada ano, 50 milhões de piabas pescadas. Sessenta por cento da renda do Município de Barcelos é esse. O único problema: 80% dos peixes são de uma espécie. Esse vermelho é o número de cardinal. Uma espécie. Então, temos de nos preocupar com essa uma espécie, que é vulnerável. Sempre que acontece alguma coisa, acontece com esse peixe. Nós estamos tendo problema para exportar. Infelizmente, alguns meses atrás, eu ouvi que chineses já cultivam esse. Pesca. Pescadores, só durante a época de água baixa ele pode pescar. Então, entre maio, abril e agosto, e setembro, eles não têm peixe para pescar, por causa da água muito alta. Peixe escondido na floresta. A natureza protege durante metade do ano. Nós fazemos pesquisa, rapidamente, para nós grande (*ininteligível*) uma parte sobrevive de pesca, outra parte (*ininteligível*) econômico. Depois, têm vários grupos envolvidos. A gente monta um laboratório em lugar... Montamos um primeiro aquário no Amazonas. Incrível, não tem aquário no Amazonas. Aquário público, tem que montar esse lugar. Faço educação ambiental junto com um professor visitante dos Estados Unidos, junto com pessoa... Tem o voluntário, que ajuda a gente a salvar. Faço isso há muito tempo. Então, como a gente pode resolver o problema de piabeiros? A cada ano a gente faz reunião com piabeiros para tentar ajudar. O que a gente faz? A gente ajuda ele a tirar licença, ajuda ele a preencher coisas, formulários. Finalmente, 2 anos atrás, conseguimos seguro-desemprego durante a época de defesa de peixe. Geralmente, nós temos reuniões dentro do laboratório, porque a pessoa tem mais condição de falar. Quando colocadas no auditório, nenhuma pessoa quer falar, tem medo, timidez, quando nós colocamos um tipo de reunião no auditório. Como a gente pode fazer com essa pessoa? A gente vem colado com todas essas pessoas — exportador, especialista, organizações internacionais,



autoridade, ecoturismo. Tudo isso que eu estou falando... Peixes ornamentais, sustentável ou não? Tem uma evidência aqui. Demografia Barcelos: de 1991 a 2000, aumento de 110%. Todo o resto municipal está diminuindo, com exceção de São Gabriel da Cachoeira, por causa dos militares. Então, o que significa Barcelos (*ininteligível*) por causa de peixes ornamentais? Reter população rural no local. Outro problema que eu tenho e que me tem preocupado é o cultivo de peixes amazônicos nos países asiáticos. O maior mercado, os Estados Unidos, não vende mais nossos peixes, vende peixes do Amazonas cultivados na Ásia, vendendo a quase 2 dólares cada um. Então, esse é o grande problema: se outras espécies cultivadas pelos asiáticos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Professor, peço a V.Sa. que conclua.

O SR. NING LABBISH CHAO - O.k. Outro problema: nós temos peixes exóticos no Amazonas: vários órgãos públicos e pessoas estão introduzindo peixe exótico asiático em nosso rio. Pode trazer doenças. Nós temos trabalho no futuro, (*ininteligível*) manejo e recursos. Popular problema de (*ininteligível*) socioeconômico. O mais importante e que estou tentando propor é a pesca esportiva de peixe ornamental para áreas municipais. Isso em pequena área. Turismo é uma saída, mas parece difícil para organizar pessoal local. Eu só consegui... Uma vez por ano um grupo de amigos vem aqui. Peixes ornamentais viraram uma lenda do lugar: festa de peixes ornamentais. O.k. No final — quero concluir —, peixes ornamentais têm potencial. Contrabando de peixe ornamental existe, mas essa existência não é uma (*ininteligível*) para matar essa indústria. Eu acho que falta organização ao órgão público para ajudar a ordenar essa indústria. Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado, Professor Chao. Eu, pessoalmente, achei muito esclarecedora a exposição de V.Sa.

Imediatamente, faço algumas perguntas que acredito sejam importantes.

O nosso Presidente Antonio Carlos Mendes Thame está chegando e eu vou passar a Presidência a S.Exa., a quem peço me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ficou claro na sua exposição que existem peixes endêmicos daquela região que foram pirateados, ou mesmo, talvez,



até vendidos de forma legal, mas que hoje são comercializados porque são criados em cativeiros em outros países.

A primeira pergunta é a seguinte: existe, reconhecidamente pela ciência, pelos cientistas brasileiros, algum peixe endêmico da região amazônica ou do Brasil, que V.Sa. conheça, que está sendo comercializado no exterior hoje? Em caso positivo, quais seriam? Também, ainda se soubesse, onde eles estariam sendo produzidos?

Quero dizer que, se não puder responder nenhuma das perguntas que vou fazer agora, não tem problema; V.Sa. pode, em até uma semana, mandar por escrito para a Comissão.

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim, eu posso responder esta. Qualquer peixe que a gente exporta, os chineses — meus ancestrais — vão tentar cultivar. Eles têm a mão bem diferente da nossa; e eles conseguem. Eu vou colocar aqui; peixe de mais valor: acará disco, já é exportado há 30, 40 anos. E está sendo cultivado na Europa, na Ásia, em todos esses lugares, menos no Brasil. São Paulo começa a ter pessoa que cultiva acará disco, mas ela não usa matriz do nosso Amazonas, mas uma que vem de fora, vem da Alemanha, vem de Singapura. Tem muito peixe que foi cultivado. Potencialmente, todo peixe poderia ser cultivado no exterior, se nós deixarmos e se os peixes são exportados. Por outro lado, se o Brasil não deixa, sem problema; eles compram da Colômbia, compram de Peru, compram da Venezuela.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Professor, só para ficar claro, e para me explicar também: a nossa Ciência — a Universidade do Amazonas e do Pará e o Instituto Goeldi — tem conhecimento de espécies endêmicas...

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim, sim...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - ...ou seja, só dão nessa região, não dão em outro lugar do mundo.

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Então, está caracterizado, está claro, que esses peixes nasceram ali, e eles só podem ser criados nesse determinado ambiente. Portanto, eles são endêmicos. Existe algum peixe endêmico nosso que hoje é comercializado? V.Sa. tem conhecimento? Comercializado fora através de criadouros no exterior? Alguma coisa concreta?



O SR. NING LABBISH CHAO - Endêmico geralmente é um rio. Endêmico num rio. Por exemplo, cardinal (*ininteligível*). Endêmico no Rio Negro. População na Colômbia, população em parte de Venezuela, (*ininteligível*), é pouco diferente de nós. Então, isso pode... Endêmico, Rio Negro, porque peixe não conhece fronteira. Esse é o traço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Que seja único. É isso que eu quero saber. Que se possa dizer que esse peixe é nosso, é da região, é do Brasil. Nasceu aqui, e há possibilidade de essa espécie existir só em determinada região do território nacional.

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Pode-se dizer com clareza isso?

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim. É essa. Tudo está comentado. Por exemplo, arraia, eu mostro para você, só tem no Xingu, Tocantins, não há em nenhum outro lugar, nenhum outro País.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - E essa arraia está sendo comercializada por outro País, por outras empresas? Está sendo criada...

O SR. NING LABBISH CHAO - Pela empresa brasileira que tem uma cota para o IBAMA. Foi um exemplo. O Amazonas e a América do Sul são uma grande área de endemismo. Alguns rios têm alto endemismo. Mas peixes não separam, peixes mudam entre Brasil e Colômbia, Venezuela, alguns desses assim. Então, o endemismo é bastante alto em nossos rios. Infelizmente, este Congresso... Mesmo como nós importamos peixes... Todo mundo conhece aquele pequeno peixe beta. O beta é muito fácil, todo mundo cria e joga em todo lugar do Brasil. Esse vem da Tailândia, é asiático. É endêmico daquela área, mas agora já está espalhado pelo resto do mundo pelo aquarista, pelo comerciante exportador e importador.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, vamos agora a outras perguntas. Há tecnologia própria, criadouros, tanques, na Amazônia que possam suprir uma eventual demanda de peixes ornamentais? Há alguma experiência de criação em cativeiro ou tanques, mesmo dentro dos rios? Há alguma experiência disso na região?

O SR. NING LABBISH CHAO - Grande quantidade, não. Lá (*ininteligível*) aquário filho. Tem pessoas que fazem em pequenas escalas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Em pequenas escalas.



O SR. NING LABBISH CHAO - Pequenas escalas. Por outro lado, se você faz cultivo — e agora nós temos 10 mil pessoas trabalhando com peixes ornamentais. *(ininteligível)* investir em cultivo, nós não podemos empregar 10 mil pessoas. Outro lado, você quer cultivar? Por que não cultiva no lado onde tem consumidor? *(ininteligível)* O quilo de Amazonas em Nova Iorque chega a 11 dólares. Só água, basicamente. Mas, por outro lado, na Colômbia ou no Peru, isso custa 5 dólares. Então, nós temos um grande problema: a desvantagem nessa parte.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, sinceramente peço à nossa Assessoria aqui que elabore por escrito uma questão. O que me deixa em dúvida, professor, que eu queria realmente saber — e provavelmente V.Sa. não tenha essa informação aqui —, é o seguinte: primeiro, eu gostaria de saber se há comprovadamente um peixe endêmico, único, do nosso território que está sendo explorado comercialmente por outros países através de criação em cativeiro, de criadouros.

Por que estou fazendo essa pergunta? Porque isso caracterizaria biopirataria. E nós poderíamos, esta Comissão poderia requerer ao Governo brasileiro, ao Itamaraty, que entrasse na Justiça e tentasse, de alguma forma, reaver ganhos econômicos obtidos por essa atividade, que está gerando lucro em decorrência de uma pirataria de produtos nossos. Então, eu gostaria que essa pergunta fosse feita claramente dentro desse sentido para que o professor pudesse nos esclarecer, nos ajudar nisso com mais calma e, evidentemente, por escrito, onde nós teríamos uma compreensão melhor sobre todo esse processo.

E eu vou ainda um pouco mais adiante, lendo uma reportagem da revista *Peixes Ornamentais*, de março de 2005, abre aspas:

“Na região de Barcelos, estima-se que dependem das piabas cerca de 8 mil brasileiros e 60% da economia desse Município. Falta controle do estoque pesqueiro e das áreas de pesca. Falta controle de qualidade ao peixe exportado. Falta uma cooperativa de piabeiros para reduzir a intermediação e aumentar a remuneração.

Falta um entreposto entre Barcelos para recuperação do peixe capturado, diminuindo as perdas e



o impacto da captura sobre as populações de peixe. Falta investimento em pesquisas que nos coloquem em pé de igualdade com a concorrência no exterior, que hoje leva nossas matrizes e produz híbridos, multiplicando os lucros sem pagar royalties”.

Gostaria, nobre professor, que V.Sa. fizesse um comentário a respeito dessa reportagem. Mas eu vou passar mais adiante, porque esse comentário pode demandar algum tempo e também pode vir por escrito.

V.Sa. tomou conhecimento de uma apreensão no Aeroporto Internacional de Manaus de 125 caixas de peixes ornamentais destinados aos Estados Unidos, em novembro de 2004?

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim, eu conheço. Por acaso uma das pessoas chamadas pela Polícia Federal foi meu aluno.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Foi seu avô?

O SR. NING LABBISH CHAO - Meu aluno.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ah, seu aluno.

O SR. NING LABBISH CHAO - Meu aluno. Avô não, meu aluno. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Não entendi direito.

O SR. NING LABBISH CHAO - Desculpe meu sotaque. Já faz 40 horas que não durmo. Dormi uma hora na TAM para chegar aqui. Então, fico meio tonto.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - E V.Sa. já realizou algum negócio com alguma dessas pessoas, seu aluno ou quem quer que seja? Algum negócio?

O SR. NING LABBISH CHAO - Que aconteceu, esse aqui, esse exportador colocou que se for seu aluno tem ajuda da gente, mas por que disse isso? Está correto? Eles... Esse caso é muito complicado. Não é somente meu aluno com esse peixe. Identificar esse peixe, que não é escrito no guia do IBAMA. Isso que aconteceu... Técnicos do IBAMA também foram meus alunos, mas não conhecem peixe. Outro aluno conhece peixe. Entram problemas deles. Um trabalha no IBAMA, não conhece peixe; outro não trabalha no IBAMA, fazendo pós-graduação, ele conhece peixe. Então, tem essa. Mas, aqui atrás tem outra coisa. Tem algumas coisas dentro. Por causa da Polícia Federal que, no meu entendimento, no início, quer ver se o barco que vem de Barcelos traz cocaína ou não; vê os peixes sem documento, manda para o IBAMA. O IBAMA, que àquela época liberou para



exportador. Por isso a Polícia Federal ficou muito brava. Então, outro dia foi para o aeroporto e pegou. Isso acontece todo o tempo, e o número de peixes que estão saindo não coincide. Também nós não conhecemos peixe, nós temos 2 mil, só no Amazonas tem 2 mil. Todo o Brasil provavelmente tem 4 mil a 5 mil espécies de peixes ornamentais. Até hoje quase 2 mil a gente não conhece. Mas de peixes ornamentais para exportar só tem 180. Eu não sei como a gente olhando essa... Nós temos grande biodiversidade. Será nós não podemos comercializar nossa riqueza? A gente tem de ser limitado, deixar um dia outros criarem nossos peixes? Isso acontece...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Muito bem.

Eu vou passar a V.Sa. as outras perguntas elaboradas aqui por mim e vou ler antes as que faltam. E peço que V.Sa. nos mande por escrito as respostas até em uma semana. Outras perguntas: *“O que V.Sa. tem a declarar acerca da denúncia que chegou a esta CPI de que 5 alemães presos por contrabando de peixes ornamentais no Aeroporto Internacional de Manaus, em 2003, teriam prestado depoimento à Polícia Federal dizendo que estavam a serviço de V.Sa.?”* *“Que tipo de ligação V.Sa. tem com os aquários de Frankfurt, Alemanha?”* *“Alguma vez V.Sa. já enviou espécies de peixes ornamentais não descritas para a Alemanha, além de sedimentos de fundos e algas?”*

A essas duas questões é importante V.Sa. se referir agora, para não ficar nenhuma dúvida sobre elas, já que não são questões programáticas.

O SR. NING LABBISH CHAO - Essa coisa aí aconteceu, esses 2. Desde o início é interessante. Quando eu comecei o trabalho com peixes monumentais? Eu já trabalho há 15 anos. Maioria do tempo, uso meu dinheiro. O primeiro ano comecei trabalho, essa pessoa já estava dizendo que eu mandava peixe fora. Até hoje, nunca mandei um peixe. Eu nem tenho peixe na minha casa. Eu tenho peixe em casa, em Manaus. Nunca mandei nenhum peixe, nem levei um peixe para fora. O que aconteceu? Esse alemão é de Frankfurt. Eu fui convidado em muitas (*ininteligível*) internacionais para dar palestras. Esses alemães foram aprendendo. São um editor e um escritor. A gente só conhece pela conferência. Ele foi apreendido acusado... Ele coloca, ele quer doar esse instrumento ele usa. Eu ia depois com... Fez esse depoimento com a Polícia Federal. Não tem nada a ver. Eu nem sabia dele aqui. Mas nesse debate, eu fui na revista internacional, e esse internacional acabou



condenando ele, por causa que eu reclamei para a revista alemã. Ele foi muito sem... Ele foi... Eu disse: "Perdeu a graça para parte dele". Essa foi corrigida. Não sei por que pensou numa falsificação ali para colocar assim para mim. Esse alemão tem uma revista. Tem muita pessoa que tem revista em que eu escrevi artigos para eles. Eles vêm, eu sei, eles têm alguns contatos. Mas que dia eles vêm eu não sei. Eu já alertei várias pessoas. Já vi pessoa lá no exportador que é famoso biopirata. Eu já coloquei até em frente o pessoal do IBAMA, 2 anos atrás, o maior biopirata. Eu conheço. No meu ponto de vista, ele estava com pessoa do IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Dr. Ning, qual é o nome desse famoso biopirata?

O SR. NING LABBISH CHAO - Haickel Blair. Ele nasceu... A mãe ou o pai dele é brasileiro. Ele é de São Paulo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Por favor, passe o nome por escrito.

O SR. NING LABBISH CHAO - Todo o mundo conhece. Não é só...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas eu não conheço. Mas eu não conheço.

O SR. NING LABBISH CHAO - Ele é internacionalmente conhecido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Dr. Ning, por favor, escreva o nome dele.

O SR. NING LABBISH CHAO - Eu não tenho nada... Eu não conheço... Eu conheço ele também. Foi a conferências internacionais. Eu dou palestras, e muitas pessoas querem falar comigo sobre isso, sobre peixes. Depois, as pessoas diziam: "Ah, eu conheço o Dr. Chao". Obviamente conhece, por causa de meu trabalho para essa... Por favor, mas...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - V.Sa. já enviou peixes ornamentais para Singapura? Em que ocasião?

E outra: V.Sa. já enviou besouros para a Alemanha? Em que ocasião?

V.Sa. conhece alguma pessoa física ou jurídica que seja suspeita da prática de biopirataria e que deveria ser investigada por esta CPI? Se V.Sa. assim o desejar, poderá fazê-lo em caráter sigiloso.

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, isso, isso eu nunca... Eu não tenho nada a ver com besouro. Eu piso em cima de besouro. Eu conheço melhor barata. Nunca tem... Se você manda peixe? Todo o mundo pode enviar peixes. Eu nunca exportei peixes. Todo o mundo pode exportar peixes. Eu disse no filme: pegar documento,



licença do IBAMA de Manaus, do IDAM, você pode exportar peixes. Do quintal, você pode exportar peixes. Eu nunca exportei peixes. Eu sou professor, sou muito ocupado, não faço comércio, nunca fiz comércio. Eu não posso... Singapura, Singapura é grande importador. Ele importa de qualquer lugar do mundo. Nem passa... Eu fui a Singapura duas vezes, uma vez, 12 anos atrás, dar uma palestra. Fui convidado. Esse ano querem eu ir lá dar uma palestra em maio, final de maio. Eu não fui. Sabe que assunto? Eles querem um tal assunto sobre biopirataria. No resumo, eu coloca bem claro: Singapura pode ser acusada de biopirataria por causa que maioria peixe deles são nossos, do Brasil. Mas tem que interpretar a Convenção da Biodiversidade. Como interpretar este...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Um minutinho só. Eu solicito ao Dr. Rosinha que me substitua aqui, assuma a Presidência, pois a Liderança está me chamando por alguns minutos. Por favor. Eis as suas perguntas e depois eu lhe deixo algumas perguntas ainda.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Enquanto isso, se o senhor conhece, o senhor já deixou um nome aqui, o senhor conhece mais alguém, uma pessoa física ou jurídica que seja suspeita da prática de biopirataria? O senhor poderá, se não quiser...

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, foi, foi capturado esse animal, essa... Sobrenome de Linck. Na revista você acha o nome deles: Linck. Outro nome foi colocado na revista internacional, foi tudo Internet. Tem caso dele também, de biopiratas no Brasil. Alemães não gosta este. É... esses são pessoas, geralmente são europeus que vêm aqui mais. Eu leio jornais em Manaus. Sempre tem alguém que leva besouro, leva borboleta, insetos, alguma coisa, sempre tem isso lá. Eu acho revista com capturados.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Essas são as perguntas do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Obrigado. Dr. Ning, há quantos anos o senhor mora no Brasil?

O SR. NING LABBISH CHAO - Vinte e poucos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Vinte e poucos anos. É formado onde?

O SR. NING LABBISH CHAO - Nos Estados Unidos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Formado nos Estados Unidos.

E a origem do senhor?

O SR. NING LABBISH CHAO - Chi...Taiwan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Ia falar chinês, ia dar problema.

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - *(Risos.)* O senhor veio já dos Estados Unidos direto para o Amazonas?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, para o Rio Grande do Sul, Rio Grande. Eu sou oceanólogo. Isso é coincidência. Eu estava fazendo pós-doutorado no Canadá. Alguém do Brasil, do Sul, perguntou sobre meu trabalho, eu mandei. Depois, eu perguntei: "Vocês têm emprego?" Eles disseram: "*Aqui há emprego. Você quer tomar ou não?*" Então, eu vim. Por coincidência, eu penso, quando eu comecei Biologia em Taiwan, eu dizia: "Um dia, eu vou para o Amazonas. Biólogo tem que ir ao Amazonas". Esse era o meu sonho. Então, eu nem sabia, o Brasil é Amazonas. Então, cheguei no Rio Grande do Sul. Ali, 8 anos depois, meu primeiro aluno, ao ter doutorado, voltou e falou: "*O.k., agora, é com você, eu vou para Amazonas*". Eu basicamente pedi transferência do Rio Grande do Sul para Belém ou para Manaus. Manaus respondeu primeiro. Então, eu peguei e fiquei, desde 89, em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Esse Projeto Piaba, que tem o slogan "*compre um peixe, salve uma árvore*", esse projeto é desenvolvido diretamente pela Universidade Federal do Amazonas ou é desenvolvido por uma organização não governamental?

O SR. NING LABBISH CHAO - É... não tem não governamental. Eu montei uma não governamental nos Estados Unidos e peguei um pouquinho de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então, é uma organização não governamental o Projeto Piaba?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, é universidade, CNPq, a maioria do dinheiro vem do CNPq.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E tem financiamento americano também?



O SR. NING LABBISH CHAO - Não, só eu, eu montei uma ONG nos Estados Unidos. Eu montei, eu mesmo, em minha casa. Eu só coloquei uma assim, que eu posso dizer, o meu amigo diz: "O.k., professor, eu vou doar a você 2 mil dólares". Então, eu disse: "O.k., aqui o meu número". Então, a cada ano eu cato mais ou menos 5 a 6 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então, tem uma ONG nos Estados Unidos o senhor?

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E como é o nome dessa ONG?

O SR. NING LABBISH CHAO - Eu chamo Bioamazon Conservation International. Desde 91, são registrados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - By Conservation...

O SR. NING LABBISH CHAO - Bioamazon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Ah, Bio.

O SR. NING LABBISH CHAO - Bioamazon Conservation International. Essa é uma coisa para pegar dinheiro dos gringos para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Mas a sede dela é nos Estados Unidos.

O SR. NING LABBISH CHAO - É, é na minha casa, minha casa, minha esposa mora lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E quem são os agentes financiadores da "Bioconservation Amazon"?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, não tem... São doação de pessoas. Eu escrevo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Só doação de pessoas?

O SR. NING LABBISH CHAO - É, não tem nenhum... Por causa, porque... sabe, porque peixes ornamentais não são uma... Ele é *more* carismático. Eu tentei a WWF, eles não dão dinheiro. Ele dá pouco dinheiro e tem milhares de relatórios. Quinze 15 mil dólares. Quem financia tudo isso é o CNPq, me financia o CNPq por último. Quase 20 anos, nunca negaram minha solicitação, por causa de meu..., acham, meu mérito de trabalhar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E como é que eu posso comprar um peixe e salvar uma árvore?

O SR. NING LABBISH CHAO - O.k., isso é simbólico. Compre um peixe... Por causa do Rio Negro, essa área... Os únicos recursos renováveis ainda viáveis, economicamente e ecologicamente, são os peixes ornamentais. Porque economicamente, ecologicamente viável? Esse peixe só vive 1 ano, 1,5 numa selva. Cada peixe pesa menos de 0,1 grama. Cinquenta milhões pesam 5 toneladas. Na floresta, cada hectare pode produzir 250 toneladas de biomassa. É também área de coleta, é só nas margens de rio. Área imensa. Mas eu não estou dizendo: "Ele não vai ter problema." Nós gerenciamos bem, nunca vai faltar. Por isso, eu uso simbolicamente, para... Se a gente mantém empregos, mantém subsistência para a pessoa em Rio Negro, eles não vão lá cortar, fazer roças ou cortar árvores ou vender coisas. É simbólico, simbólico para salvar árvores. Salvar árvores, salvar ecossistema, ecossistema *and* área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Dr. Ning, o senhor mostrou o projeto, mostrou a exportação de peixes. Quem é que vende o peixe? É o projeto?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, o projeto não tem nada a ver, o projeto nem tem condições de sobreviver. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E aquele povo que está ali, que vive da pesca, eles vendem para quem?

O SR. NING LABBISH CHAO - O.k. Em Manaus existem inscritos mais ou menos 24 exportadoras. Prováveis 7 exportadoras estão funcionando. Algumas pessoas fazem peça, não funciona. Quatro maiores exportadoras, eles têm interposto, têm intermediário lá em Barcelos, compram os peixes de piabeiros. O que acontece a este? Nós não temos.. Na nossa notícia, o produtor não tem muita escolha. Exportador recebe pedidos do exterior. Ele passa para o intermediário dele. O intermediário dele chama o pescador: "*Se você é meu amigo, o.k., eu quero. Você compra. Semana que vem, traz 20 caixas desse peixe*". O negócio você nem menciona. Então, essa pessoa volta com cota de intermediário, pode vender a um preço melhor. Outros, avulsos... Alguns desses, se não conseguirem vender peixe, têm de jogar fora. Então, esses são controlados por outro. Há várias pessoas dizendo: "*máfia.*" Não é necessário máfia, por causa que o exportador tem clientes. Esse cliente, relacionamento, são 10, 20 anos de cliente. E com pescador também é



cliente, 20, 30, 10 anos cliente. Esse sistema tão delicado, obviamente, é uma exportação, mas você não pode quebrar esse quando você não tem outra substituições. Se você diz: *"Intermediário, tudo intermediário"*... Aquela pessoa vive no rural, área rural, mais distante, nem vai receber sal, fósforos, por causa comerciante não vai para lá mais. Então, tudo isso a gente tem de olhar, os 2 lados. Até nós temos alternativa. Você pode ideologicamente dizer: *"Esse é ruim"*. Como você substitui esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Dr. Ning, na equipe de pesquisa do senhor, tem pesquisadores estrangeiros?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não. Tinha um. Veio de São... Não é meu. Ele foi professor, chamava professor convidado, professor visitante na UA para 4 anos. Estava dando aula de Antropologia. Ele dava aula de noite, era casado com uma amazonense. Está acabando o doutorado dele já faz tempo, ele está voltando para cá, quer voltar para cá, trabalhar aqui como... O único estrangeiro assim. Tem pessoas, tem meu amigo, visita... Eu sou... Eu tenho muitos contatos internacionais, pessoas vêm e me visitam. Eu faço ecoturismo, cada ano, em janeiro, no final de janeiro, para catar dinheiro. Cada pessoa vem aqui doar 500 dólares para meu projeto. O que ele faz? Eu levo ele para ecoturismo, para Barcelos — e aquela época de Barcelos tem festa. Muitas pessoas voltam todo ano, porque gostam tanto e gostam de ver peixes. Por isso, eu penso: nós podemos ajudar caboclos. Fazer uma cultura de peixes ornamentais. O que a gente vai fazer? Esses peixes comuns, algumas pessoas... Porque pessoas, se a gente faz ecoturismo de peixes ornamentais, deixa a pessoa pegar não comercial, para uso pessoal, assim nós podemos ajudar muito a economia local. Valoriza nosso peixe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Dr. Ning, o senhor já foi acusado de comércio ilegal de peixes ornamentais?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, nunca, nunca, nunca vendi... nunca fiz comércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor nunca respondeu a nenhum inquérito policial?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não, não tem inquérito. Sempre a pessoa quer que eu dê mais informação, por exemplo, esses alemães... Eu fui pedido porque ele falou. Eu nem sei se ele está aqui. Eu estava no exterior, eu voltei, e a



Polícia Federal me perguntou: “*Quem é esse?*” Ele disse: “*Eu fui lá coletar peixes*”, tirando coisa, mentira, dizendo: “*Ele vai doar o equipamento dele para mim*”. Primeiro essa, que não é nada. Pinças, coisa assim. Depois, a Polícia me pergunta. “*Olha*”, eu disse: “Eu não tenho nenhum, nem conheço essa pessoa bem. Sou contactado durante conferências”. Então, eu nunca, nunca em minha vida, vendi peixes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor falou aí do biopirata Hackel.

O SR. NING LABBISH CHAO - Hacker, Hackel, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Trabalha onde?

O SR. NING LABBISH CHAO - Trabalha na Alemanha. Ele tem uma revista. Por que eu sei? Eu não pegou ele diretamente. Eu vi na revista dele, tive esse encontro — não tenho mais novos —, tive esse encontro. Eles querem novas espécies nossas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E qual é o nome da revista dele?

O SR. NING LABBISH CHAO - *AquaGeo*. *AquaGeo* também não é regular. Ele é um pilantra, é uma pessoa que pediu dinheiro de outros e nem... Na verdade, não publica. A gente paga inscrição, pessoa recebeu um número ou dois números, depois some. Por isso, eu não escrevo mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Eu não sei se todos, pelo menos eu tenho dificuldade de compreender tudo o que o senhor fala. E quando o senhor fala o nome da revista. Eu prefiro que escreva também.

O SR. NING LABBISH CHAO - *AquaGeo*. *AquaGeology*. É Geo, Geo, *AquaGeo*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Publicada na Alemanha?

O SR. NING LABBISH CHAO - Eu não sei, ele muda. Amanhã ou depois, vai para a Itália. Por causa que na Alemanha é *mui* cara, ele mudou para a Itália. Mas ele fala bem português, ele tem... Adolescente, ele morava em São Paulo, quando adolescente. Então ele conhece tudo, jogos. Até meu aluno uma vez encontrou ele no Rio Purus. Ele mostrou para o aluno — “*Eu tenho permissão do IBAMA*” — a permissão assinada pela Superintendente do Amazonas para ele. Eu tenho



dificuldade de pegar, como professor. Como esse pessoal tem... eu não quero dizer muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Os países que fazem divisa com o Brasil, na Amazônia, também exportam peixes ornamentais?

O SR. NING LABBISH CHAO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E eles exportam em quantidade maior do que eles têm, vindo buscar peixes no Brasil ou não? O senhor tem alguma informação disso?

O SR. NING LABBISH CHAO - Eu só ouvi falar. Eu nunca estou na fronteira, naquela área. O meu trabalho é basicamente... Só trabalhei com caboclos. Eu não quero envolver com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - O senhor dá assistência científica a pessoas do exterior? Estrangeiros?

O SR. NING LABBISH CHAO - Não. Eu não conheço cultivo de peixe. Eu sei de biodiversidade. Eu sei de ecologia do peixe. Isso não tem nada a ver com cultivar. Eu escrevo. Você pode dizer que eu dou assistência. Eu escrevo artigos, colunas que vão para todo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Qual é o objetivo das pesquisas do senhor?

O SR. NING LABBISH CHAO - O meu objetivo é preservar a biodiversidade, mas, primeiro, a gente tem de conhecer biodiversidade. Eu utilizo a biodiversidade. Nós temos a conhecer, preservar o uso sustentável dos nossos peixes. Esse é o meu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Como não há mais perguntas, eu quero agradecer — é mais fácil falar Nagib, como diz o Sarney — ao Sr. Ning Labbish Chao a disponibilidade dele. Nós vamos passar uma série de perguntas escritas, algumas delas, inclusive, que nós formulamos, porque nós vamos precisar da resposta mais compreensível, porque as notas taquigráficas também vão ter dificuldade. A revista se chama *Água Geo*, agora que ele escreveu. Então, a gente vê a dificuldade que tem de pegar o depoimento. Então, nós vamos passar as perguntas com o prazo de uma semana para responder para nós, por escrito.

O SR. NING LABBISH CHAO - O.k. A maioria dessas coisas... Felizmente, eu tenho um livro. Mas o livro, infelizmente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Está escrito em chinês.

O SR. NING LABBISH CHAO - Tem de escrever em inglês. Nem chinês nem português ninguém lê. Ciência tem de ter uma língua comum. Eu tenho esse. Isso vai me dar um trabalho, por causa da... Não tem problema. Eu faço. Tem mais perguntas alguém?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Nós agradecemos ao Sr. Ning Labbish Chao as informações concedidas. Ficamos no aguardo das demais perguntas. Obrigado. Está dispensado.

O SR. NING LABBISH CHAO - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Está dispensado.

O SR. NING LABBISH CHAO - Vai dar mais trabalho para mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Eu não vou solicitar o livro dele porque é inglês. Se fosse em chinês, eu ia, para poder...

Passamos à deliberação dos requerimentos. Em virtude da ausência da Deputada Perpétua Almeida, retiramos de pauta o Requerimento nº 59/05 e passamos imediatamente ao item II da pauta, Requerimento nº 86/05, da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja realizada audiência pública em Cuiabá, para esclarecimento do desdobramento das investigações da operação Curupira. Pergunto à Deputada se ela deseja fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Com a palavra a Deputada Thelma.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Até porque hoje pela manhã já debatemos bastante esse assunto e nós entendemos que essa operação trouxe relevantes informações a respeito do desmatamento no Estado de Mato Grosso. É por isso que eu gostaria de pedir a esta Comissão seu deslocamento até Cuiabá, para que a gente lá pudesse ouvir *in loco*. Foram 76 as pessoas presas. Acho que isso realmente é uma situação bastante grave que aconteceu em Mato Grosso. Por isso, estamos pedindo o deslocamento desta Comissão, para que possamos ouvir alguns daqueles que estão presos, aliás, por diversas situações: desde reflorestadores, madeireiros, despachantes entre o IBAMA e os madeireiros, uma situação que considero peculiar nessa questão.

Então, faço um apelo a esta Comissão para que aprove nosso requerimento.



Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Em discussão.

Encerrada a discussão, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o presente requerimento.

Agradecemos as presenças às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, às Sras. Parlamentares, aos assessores e aos demais presentes.

Declaro encerrada a reunião, às 17h10.